

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.232 - SC (2019/0219714-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **SERGIO JOSÉ FERNANDES**  
**ADVOGADO** : **EVERTON LUIS DE AGUIAR E OUTRO(S) - SC014319**  
**AGRAVADO** : **METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA**  
**ADVOGADA** : **IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E**  
**OUTRO(S) - SC025421**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. *DECISUM* QUE DEFERIU O PEDIDO INICIAL DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

PRETENDIDA A REFORMA DA DECISÃO SOB O ARGUMENTO DE NÃO RESTAR SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA NOS AUTOS A VEROSSIMILHANÇA DOS FATOS E, EM ESPECIAL, A HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA E INTELECTUAL. ACOLHIMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO QUE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A INVERSÃO PRETENDIDA PELO AUTOR. CONSUMIDOR QUE NÃO SE EXIME DE TRAZER AOS AUTOS INDÍCIOS MÍNIMOS DO DIREITO ALEGADO NA INICIAL QUANDO A PROVA LHE DIGA RESPEITO. DECISÃO REFORMADA.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Nas razões de recurso especial, alega o agravante violação dos arts. 369, 489, §§1º e 2º, 1.013, § 1º, e 1022 do Código de Processo Civil de 2015; 6º do Código de Defesa do Consumidor; e 93, IX, da Constituição Federal, assim como divergência jurisprudencial. Sustenta negativa de prestação jurisdicional. Afirma que houve cerceamento de sua defesa. Argumenta que deveria ser aplicada a inversão do ônus da prova no presente caso. Menciona que não se conforma com o julgado ora recorrido.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No presente caso, a Corte de origem deixou consignados os seguintes fundamentos (fls. 143-145, e-STJ):

No caso, o Agravado em sua exordial formulou pedido de inversão do ônus da prova, sem contudo justificar sua pretensão quanto a qual prova deveria ser produzida pela Agravante. Limitou-se, assim, a pleitear " a inversão do ônus da prova em favor do Autor, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ficando ao encargo da seguradora Ré a produção de prova de suposto fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor", consoante alínea c - p. 42.

cf) o Ao prolatar a decisão interlocutória atacada (p. 27) o Juízo *a quo*, por sua vez, deferiu o pedido de inversão reconhecendo a presença dos requisitos previstos no art. 6º, VIII, do CDC, sem, no entanto, igualmente, especificar a prova que deveria ser produzida pela Recorrente tendente a comprovar o fato alegado pelo Autor.

Embora seja reconhecida a relação de consumo entre as partes, esse fato, por si só, não impõe a inversão do ônus da prova, porquanto incumbe o ao Autor fazer a prova do fato constitutivo de seu direito - na hipótese, demonstrar a existência da incapacidade alegada.

Da análise dos autos, é possível verificar que o Recorrido anexou atestado médico, declaração da empregadora informando acerca de seu o afastamento das atividades laborais, ficha de internação, prontuário médico do procedimento cirúrgico alegado na inicial, e por fim, o certificado individual de seguro (pp. 73-96), os quais dão conta da robusta produção probatória apta a embasar o fato constitutivo de seu direito - indenização securitária.

Ademais, subsidiariamente, postulou o Autor, em sua exordial, que "acaso não acolhido o requerimento pela inversão do *onus probandi* tal como o formulado no pedido de alínea 'c' retro, postula pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela juntada de documentação em anexo e pela produção de prova pericial" (p. 42).

Logo, ante os requerimentos formulados na inicial e os elementos probatórios trazidos aos autos pelo Autor, tem-se que a inversão do ônus o probatório mostra-se desarrazoada, razão pela qual vale destacar que nenhuma das partes pode ser incumbida com o dever de realizar prova impossível ou excessivamente difícil, nos termos do art.

373, § 2.º, do CPC.

(...).

Assim, incorreta a inversão do ônus probatório, porquanto a facilitação da defesa dos direitos do consumidor não está a desobrigá-lo da mínima prova dos fatos basilares do pedido inicial.

Além disso, o encargo probatório deve seguir a regra geral estabelecida na norma processual civil pátria, segundo a qual cabe ao Autor provar os fatos constitutivos de seu direito e, ao réu, os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos daquele.

(...).

Dessa forma, com supedâneo na fundamentação supra, conclui-se pela reforma da decisão objurgada para indeferir a inversão do ônus da prova.

Segundo a jurisprudência do STJ, verificar se no caso em análise estão presentes, ou não, os requisitos para a inversão do ônus da prova demanda o reexame das provas constantes dos autos, procedimento vedado pelo enunciado da Súmula 7 do STJ. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, DO CPC) - DEMANDA POSTULANDO O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (SEGURO DE VIDA EM GRUPO) – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO SEGURADO.

1. A discussão acerca do cabimento ou não da inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor) perpassa pela apreciação da hipossuficiência técnica do consumidor e da verossimilhança das alegações deduzidas, o que, na hipótese ora em foco, reclama o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 313.774/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministro MARCO BUZZI, unânime, DJe de 16.8.2013.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. ENTENDIMENTO ESTADUAL NO

SENTIDO DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS ENSEJADORES DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em especial, em função da aplicação da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.196.902/PR, Terceira Turma, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, unânime, DJe de 4.4.2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora